

O papel da Educação Especial na perspectiva da Inclusão na Educação Básica, Técnica e Tecnológica: um estudo de caso.

Isabele Mello da Silva¹
Breno Silveira de Araújo²
Luana Baracho Andrade³
Andréa Silva do Nascimento⁴

RESUMO

A perspectiva inclusiva na educação tem por finalidade proporcionar o acesso dos estudantes com deficiência e necessidades específicas à educação de qualidade que visa o desenvolvimento de suas potencialidades. Para tanto, a participação dos referidos discentes no ambiente escolar deve ser mediada por adaptações curriculares significativas, eliminação de barreiras ambientais e atitudinais, dentre outras intervenções. A inclusão no contexto escolar ainda enfrenta obstáculos e, para ultrapassá-los, faz-se necessário investir, dentre outros aspectos, nas práticas docentes que promovam a construção do conhecimento de todos os cidadãos, cujo direito à educação escolar deve ser garantido. Portanto, este texto reflete sobre os conceitos que balizam a Educação Especial na perspectiva inclusiva, considerando a realidade do ensino básico, técnico e tecnológico e como estes podem contribuir para prática docente através das vivências e reflexões sobre as adaptações curriculares de pequeno e grande porte, a eliminação de barreiras atitudinais que dificultam a inclusão educacional dos discentes e o desenvolvimento da acessibilidade afetiva que corrobora para o comportamento intrapessoal e para a permanência e êxito dos mesmos. Com isso, o processo metodológico do trabalho é caracterizado por analisar o papel e impacto da monitoria acadêmica. Tal atividade é desenvolvida pelos monitores, estudantes de licenciatura, acompanhados por meio de orientação acadêmica dos servidores responsáveis pelo setor Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE, que atua no acompanhamento, inclusão e mediação dos alunos com diferentes demandas de aprendizagem. Os mediadores, enquanto estudantes-aprendizes e futuros professores, contribuem para a inclusão e aprendizado dos alunos atendidos pelo Núcleo ao mesmo tempo em que experienciam toda a dinâmica que perpassa esse processo. Através de vivências, estudos e relatos, foi possível observar que as adaptações curriculares e de materiais didáticos fazem com que o ensino, em particular o ensino de Química - tendo em vista o curso destes licenciandos -, seja repensado de forma a incluir as múltiplas formas de se perceber o mundo, contribuindo assim para a efetivação do processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Educação inclusiva, adaptação curricular, Ensino de Química, barreiras atitudinais.

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro/ Campus Duque de Caxias - RJ, b.isabelemello@gmail.com;

² Graduando do Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro/ Campus Duque de Caxias - RJ, silveira.brenoaraujo@gmail.com;

³ Técnica em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro/ Campus Duque de Caxias - RJ - Mestre em Geografia e Especialista em Educação, luana.oliveira@ifrj.edu.br;

⁴ Docente do IFRJ/ Campus Duque de Caxias - Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana / UERJ, especialista em Educação Especial / UCB, andrea.nascimento@ifrj.edu.br.

INTRODUÇÃO

A educação especial trouxe consigo diversas quebras de paradigmas e deu oportunidade, enquanto modalidade de ensino prevista em lei, de contribuir com a inclusão educacional de alunos com deficiência e/ou demais necessidades específicas, anteriormente ditas necessidades especiais. Já a perspectiva inclusiva proporcionou à educação um olhar mais crítico e acolhedor no que se refere a oportunidades de ensino de qualidade, como por exemplo o ingresso desse grupo em escolas de educação básica, técnica e tecnológica, na rede regular e educação superior. A perspectiva inclusiva configura-se no mais recente parâmetro da educação especial, marcada anteriormente pelo conceito de integração. A educação especial na concepção integradora, segrega e separa, enquanto incluir e acolher o aluno no sistema educacional vai além de uma sala de aula separada que não potencializa a socialização em diferentes espaços educacionais. Nesse contexto, a perspectiva inclusiva na educação preza pelo acesso de todos os estudantes e o apoio necessário às demandas de suas especificidades.

Neste prisma, a atividade de mediação e monitoria realizado no Instituto Federal do Rio de Janeiro, campus Duque de Caxias, localizado na região da Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, orientado pela Coordenação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (CONAPNE) do mesmo campus surgiu, inicialmente, da demanda por inclusão e permanência de um aluno no espectro autista que demandava mediação diária em sala de aula, tanto como apoio ao aluno quanto aos professores regentes, além de todo apoio emocional e estrutural ao discente, auxiliando a estabelecer suas relações interpessoais com colegas de classe.

Desse modo, a atuação dos mediadores foi ganhando notoriedade no campus e novos alunos matriculados apresentaram diferentes necessidades específicas (n.e.). Em complemento a isso, a mediação realizada em conjunto com a coordenação do núcleo em tela se tornou um estudo de caso, mediante ao crescente índice de alunos com n.e. matriculados no campus em questão. Atualmente, o grupo de mediadores conta com 15 estudantes-aprendizes que acompanham mais de 30 alunos com n.e. Essa atuação gera conhecimentos inestimáveis para os licenciandos e grande expectativa sobre a diversidade de necessidades específicas que podem ser atendidas pelo grupo e pela equipe que compõe o setor.

A atuação dos mediadores vai além da mediação em sala de aula e conta com reforço em disciplinas, adaptações curriculares e de material. Todos os mediadores são estudantes do curso de Licenciatura em Química dos diversos períodos, onde muitos estão tendo seu

primeiro com a educação inclusiva nesta atuação de monitoria, o que deixa em aberto muitas possibilidades para eles como futuros docentes.

Segundo dados do documento intitulado “PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos, pesquisas e sistemas do Governo Federal” elaborado pelo Ministério dos Direitos Humanos (2023):

Mais de 63% das pessoas com deficiência de 25 anos ou mais de idade não possuem educação formal ou têm apenas o ensino fundamental incompleto enquanto esse índice é de aproximadamente 30% entre as pessoas sem deficiência.

Crianças e adolescentes com deficiência encontram dificuldades para acesso e permanência nas escolas. Segundo dados do Censo Escolar 2022, um terço (1/3) das escolas do país (33,9%) não possui nenhum recurso de acessibilidade, listado pelo Censo, para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas vias de circulação interna da escola (2023, p. 5).

Dentre os desafios da inclusão, está a formação inicial do professor. É preciso deixar estabelecido quais serão os critérios que estes futuros professores terão na sua atuação como docente e se eles terão a análise crítica da própria atuação. Pensar em uma formação continuada em educação inclusiva para os professores e demais trabalhadores da educação torna-se indispensável para que os desafios atuais sejam ultrapassados e, em um futuro próximo, a inclusão faça, efetivamente, parte do cotidiano.

Neste sentido, os mediadores participam ativamente de cursos de capacitação e são conduzidos periodicamente em debates e reuniões internas que objetivam acompanhar suas vivências, bem como ouvir seus relatos para orientação de como lidar com as situações que possam vir a ocorrer. A discricção e a postura ética são características imprescindíveis para todo monitor por atuar com público vulnerável. Os cursos de capacitação dão oportunidade a esses mediadores estudantes de complementar sua formação. O estudo de caso das vivências dos alunos atendidos e na evolução da mediação realizado através da CONAPNE gera resultados satisfatórios quando pensamos no início de tudo, no trabalho significativo e de uma educação inclusiva transformadora, não só de uma realidade como de pensamento crítico na atuação no campo da educação.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

A mediação é ofertada através de uma monitoria acadêmica para alunos da graduação com uma carga horária de 20 horas; em que 16 horas são reservadas para o atendimento e acompanhamento dos alunos, enquanto as 4 horas restantes são para a realização de cursos

complementares na área. O processo de seleção ocorre através da inscrição e realização de entrevistas virtuais e pessoais com os candidatos.

Atualmente, são atendidos pela Conapne 32 alunos oriundos dos diversos cursos do IFRJ/ campus Duque de Caxias (Ensino Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio, Ensino Técnico em Petróleo e Gás Integrado ao Ensino Médio, Ensino Técnico em Plásticos Integrado ao Ensino Médio, Ensino Técnico Concomitante em: Segurança do Trabalho, em Plásticos e em Petróleo e Gás, Educação de Jovens e Adultos em Manutenção e Suporte em Computadores, Graduação em Licenciatura em Química), contando com a participação de 15 licenciandos mediadores.

Os critérios para estabelecer a atividade dos mediadores em acompanhar os estudantes em sala de aula relacionam-se com a avaliação inicial sobre o tipo de suporte necessário para garantir a efetiva inclusão dos alunos com deficiência e/ou necessidades específicas verificadas a partir da elaboração do plano de estudos individualizado (PEI) elaborado pelos docentes, que consiste numa adaptação curricular que melhor se adequa às demandas de aprendizagem do aluno e suas necessidades específicas. No PEI há a previsão da participação dos mediadores (dos períodos mais avançados) da graduação na realização de aulas de reforço dos conteúdos curriculares da disciplina Química.

Cada aluno atendido tem 2 mediadores para acompanhá-lo em sala de aula com intuito de auxiliar na relação interpessoal com a turma e com os docentes bem como nas atividades acadêmicas. O atendimento também se estende para acompanhamentos domiciliares através de reuniões online com alunos que demandam esta modalidade. Atualmente, há 5 casos de atendimento online por motivo de afastamento dentro do número total.

No ensino técnico, especialmente nas turmas de Técnico em Química e de Petróleo e Gás, em que as aulas ocorrem de segunda a sábado, a distribuição de dias fica de 3 dias para cada monitor.

A competência dos mediadores, que é exercida em conjunto aos professores, se concentra especialmente no acesso às adaptações curriculares como disponibilização dos conteúdos de forma prévia, ampliação de tempo para realização de atividades e reformulação de atividades avaliativas que melhor se adequem às necessidades específicas do discente, como dito anteriormente.

REFERENCIAL TEÓRICO

Incluir um aluno com deficiência e com necessidades específicas demanda diferentes formas de adaptações, seja curricular, de material e/ou metodológica. Com isso, a mediação em sala de aula aumenta a possibilidade de acompanhar o aluno em suas atividades curriculares e trabalhar junto com o professor em sala de aula para que essas adaptações sejam feitas. A importância da mediação é apoiar o aluno a desenvolver suas habilidades e potencialidades como membro participativo do corpo estudantil do ambiente escolar, tendo como suporte adicional nas atividades e no ambiente de aprendizagem, de modo que o mediador escolar acompanhe o estudante durante seu dia letivo, buscando intervir, potencializando seu processo de aprendizagem e socialização.

Segundo Mousinho (et al., 2010):

O mediador escolar não deve agir de forma substitutiva ao professor regente, mas ser apoio para ele. Sua atribuição basal é ser intermediário diante das situações que envolvem questões comportamentais, pedagógicas, sociais, recreativas, de comunicação e de linguagem (Mousinho, et al., 2010)

O mediador, quando se faz necessário, precisa recorrer a instrumentos que facilitem o ensino-aprendizagem e socialização do aluno. Com base nisto, as ações do mediador também dizem respeito a atividades que auxiliem a interação do professor com o aluno. Ter outro sujeito envolvido no processo de ensino-aprendizagem na sala de aula não exclui o professor da relação com seu aluno. O mediador deve estar disposto a apoiar o professor com estratégias que permitam o comportamento interativo com o aluno, o trabalho de mediação requer muito diálogo, compreensão e parceria com o professor e instituição em que ele atua.

Para Mousinho et al. (2010, p. 95),

O mediador deveria ser encarado como um profissional que assume o papel de auxiliar na inclusão do aluno com deficiência e não o papel de professor principal da criança. Ele deveria ser visto como mais um agente de inclusão, na medida em que ele teria circulação pela instituição, produzindo questionamentos na equipe escolar e estando sempre atento a quando e como deve fazer sua entrada em sala de aula, sem permanecer ali esquecido e excluído junto com o aluno. Cabe ressaltar que o mediador pode assumir o papel de ser um apoio para que a criança possa ser incluída em um processo educacional que, de outra maneira, ou seja, sem uma pessoa diretamente apoiando numa relação um para um, poderia ser desestruturante e insuportável, tanto para a escola quanto para o aluno com deficiência (Mousinho et al, 2010, p. 95).

Percebe-se que o papel da mediação é de fato uma forma de incluir um aluno no ambiente educacional, apesar de a mediação não ser uma realidade de todas as escolas. No entanto, essa prática encontra subsídio legal na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (n. 13.146/2015) e na Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (n. 12.764/2012). Embora esta Lei não cite diretamente o termo “mediação escolar”, as duas leis garantem que a pessoa com deficiência seja acompanhada por um profissional especializado como apoio escolar. Como está escrito no Art. 28. da Lei n 13.146/2015. “Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: [...] XVII – oferta de profissionais de apoio escolar (Brasil, 2015)”.

A análise da prática docente por meio da mediação de futuros professores traz com mais força a ideia da educação inclusiva como ação transformadora de ambiente e realidade. Apesar de ter muito a ser feito, podemos dizer que o trabalho de mediação no campus Duque de Caxias, um dos pioneiros em mediação ativa no IFRJ, além da monitoria, tem apresentado excelente resultado, pois os alunos atendidos conseguem desenvolver suas potencialidades tanto de aprendizagem acadêmica quanto de convivência social, explorando todo o convívio na instituição e participando de todas as atividades que oferecem de acordo com suas escolhas e gostos. Analisar o amadurecimento do grupo de mediadores e dos alunos atendidos pelo mesmo provoca grande satisfação. O início comedido e a progressiva notoriedade conquistada no campus ilumina a posição atual ocupada pelos alunos com necessidades específicas e o sentimento de pertencimento desenvolvido. Neste viés, Mantoan (2003) aponta que uma mudança de perspectiva educacional não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que haja uma mudança de paradigma efetiva .

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objetivo da mediação só é atingido quando há uma boa relação entre mediador, professor e instituição, pois cada um destes está intrinsecamente ligado ao outro na construção de um ambiente escolar inclusivo e o processo de inclusão é uma ação que deve estar em constante movimento para assegurar que essa perspectiva não se perca no caminho e nem fique somente na garantia de acesso às instituições de ensino. O ato da mediação assume um caráter muito importante na trajetória escolar e permanência do aluno ao conseguir dialogar com as dificuldades vivenciadas pelo aluno e, com isso, desenvolver junto ao professor

atividades em torno da potencialidade do mesmo. E isso só se faz possível com o apoio da instituição no âmbito de oferecer os recursos necessários para essa evolução, como sala de recursos e materiais específicos à inclusão (suporte de mesa para leitura e lupa, por exemplo).

Esta modalidade de monitoria acadêmica tem demonstrado ser uma estratégia indispensável na evolução e permanência de cada um dos alunos, que não só contribuiu para garantir uma educação democrática, mas também como uma oportunidade na trajetória docente dos mediadores, graduandos de licenciatura, que vão poder desde a graduação refletir e adaptar práticas educacionais visando a inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos conteúdos aqui descritos e da importância da mediação com base teórica, destacamos que a necessidade de um acompanhamento diário, no que tange a educação inclusiva, para os alunos com deficiência e/ ou necessidades específicas é primordial para o seu desenvolvimento como discente dentro de uma instituição de ensino para que se promova a inclusão e empoderamento destes, assim como suas potencialidades, individualidades e protagonismo nas suas vivências. Tenhamos em mente que o aprimoramento dos professores que interagem com esses alunos adquire relevância, através da capacitação e formação continuada, tal qual, tem sido feito com os alunos de licenciatura que são monitores/mediadores, oferecendo a oportunidade de estudo e contato efetivo logo na formação inicial. A educação especial por uma perspectiva inclusiva traz um olhar novo e acolhedor no que diz respeito a democratizar o ensino público de qualidade.

AGRADECIMENTOS

Ao IFRJ/ Campus Duque de Caxias pelo apoio financeiro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

_____. Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de



Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da União, 28 dez. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2003.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA - MDHC. “PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos, pesquisas e sistemas do Governo Federal”. Brasília, 2023.

MOUSINHO, Renata et al. Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. Revista Psicopedagogia, 2010.